

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 531 - Brasília, quinta-feira, 28 de agosto de 1997

## Congresso autoriza R\$ 103 bi para ajuste fiscal dos estados

*Recursos destinam-se a incentivar a redução da presença do setor público nas atividades financeiras bancárias e a refinar as dívidas mobiliárias estaduais, conforme diretrizes fixadas por MPs*



O senador Antonio Carlos Magalhães preside a sessão do Congresso que autorizou créditos suplementares e especiais

O plenário do Congresso Nacional autorizou ontem o Poder Executivo a abrir, no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, créditos de R\$ 104,9 bilhões. A maior parte deste total, R\$ 103,3 bilhões, destina-se à promoção do ajuste fiscal dos estados. O crédito foi aprovado juntamente com R\$ 900 milhões a serem transferidos pela União a estados e municípios como compensação pelas perdas decorrentes da Lei Kandir. O Congresso também aprovou ontem a 52ª edição da Medida Provisória nº 1.481, que altera a lei que instituiu o Plano Nacional de Desestatização. **Página 3**

## Aposentado poderá acumular proventos



A CCJ acolheu ontem emenda de plenário do senador Ney Suassuna ao substitutivo à reforma da Previdência, segundo a qual os servidores públicos aposentados poderão acumular seus proventos com salário de cargo em comissão, respeitado o teto salarial.

A votação do substitutivo do senador Beni Veras prosseguirá na próxima semana. As regras que vigorarão para os magistrados devem ser a primeira questão apreciada. **Página 4**

A emenda de Ney Suassuna recebeu 18 votos favoráveis e nenhum contrário na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relator da matéria promete todo o esforço possível para garantir conquistas que estados e municípios obtiveram na Câmara

## Calheiros defende votação do FEF antes de 13 de outubro

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL), relator da proposta de emenda constitucional que prorroga o FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), informou ontem que espera ter um quadro favorável "no mais curto espaço de tempo possível" para que a matéria possa ser votada pelo plenário do Senado antes do dia 13 de outubro. A proposta, já aprovada pela Câmara dos Deputados, se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).

Ele informou que, além de entendimentos já iniciados com as lideranças partidárias e do governo na Casa, de-



Calheiros busca subsídios

verá conversar nos próximos dias com o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, em busca de informações que possam contribuir para a elab-

oração de seu relatório.

- Se as informações solicitadas forem atendidas rapidamente, não há dúvida de que deveremos queimar etapas - disse Renan Calheiros.

O senador observou que, pelo prazo regimental, a CCJ tem até o dia 17 de setembro para deliberar sobre a matéria.

Renan Calheiros esclareceu que vai trabalhar no sentido de minimizar a crise financeira de prefeitos e governadores, e prometeu todo o esforço possível no sentido de assegurar ao máximo as conquistas que os municípios e os estados conseguiram na Câmara dos Deputados.

## Ignácio: Lei das Falências para bancos

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou projeto de lei complementar que sujeita as instituições financeiras às disposições da Lei das Falências. Ele destaca, na justificativa do projeto, que essas instituições têm tratamento diferenciado em relação às demais sociedades comerciais, que obedecem à legislação fal-

mentar.

José Ignácio explicou que, atualmente, o Banco Central tem competência peculiar ao Poder Judiciário, pois, na liquidação extrajudicial, tem poderes semelhantes ao do juiz na falência. "Há uma concentração excessiva de poderes por parte do Poder Executivo, com o agravante de que os funcionários do Banco Central não



Ignácio: BC tem poder em excesso

têm a independência e as garantias dos juízes", afirmou.

## Agenda do Dia

**PRESIDENTE**  
Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno  
11h - Recebe o vice-primeiro-ministro e chanceler da Jamaica, Seymour Mullings  
11h15 - Recebe o diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral, Ney Natal  
11h30 - Recebe o diretor do Departamento de Polícia Federal, Vicente Chelotti  
15h30 - Preside Sessão Deliberativa do Senado  
17h30 - Recebe o secretário de Minas e Metalurgia do Ministério de Minas e Energia, Giovanni Toniatti

**PLENÁRIO**  
14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 104/97, que autoriza o Brasil a prestar garantia em operação de crédito externo a ser celebrado entre a prefeitura municipal de Porto Alegre - RS e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata, no valor de US\$ 2,6 milhões, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto de Ampliação do Hospital do Pronto-Socorro de Porto Alegre - RS; "Projeto de Resolução nº 105/97, que autoriza a prefeitura municipal de Porto

Alegre - RS a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata, no valor de US\$ 1,1 milhão; e "PLC nº 25/95, que dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental - APA no distrito de Joaquim Egídio, município de Campinas, estado de São Paulo.

### COMISSÕES

9h30 - CPI do Trabalho infantil  
Pauta: Apresentação do relatório parcial da deputada Célia Mendes. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa  
10h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: Mensagens nºs 141 e 142/97 (não terminativas), submetendo à apreciação do Senado Federal os nomes de Demosthenes Madureira de Pinho Neto e Sérgio Darcy da Silva Alves para exercerem os cargos de diretor do Banco Central do Brasil. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa  
10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: Exposição do ministro-chefe da Casa Militar da Presidência da República, general-de-brigada Alberto Mendes Cardoso, sobre os problemas decorrentes da mobilização das polícias militares. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

## CAE analisa indicação de diretores do BC

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), reúne-se hoje, às 10h, para apreciar as mensagens do Executivo submetendo à apreciação do Senado os nomes de Demosthenes Madureira e Sérgio Darcy Alves para exercerem cargos de diretor do Banco Central.

No mesmo horário, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida

pelo senador José Sarney (PMDB-AP), terá uma exposição do ministro da Casa Militar, general Alberto Cardoso, sobre os problemas decorrentes da mobilização das polícias militares.

Já a CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), reúne-se também hoje, às 9h30, para apresentação do relatório parcial da deputada Célia Mendes.

## Plenário discute empréstimos para prefeitura de Porto Alegre

O plenário do Senado aprecia projeto de resolução que autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo entre a prefeitura de Porto Alegre e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). Os recursos, no total de US\$ 2,6 milhões, destinam-se ao fi-

nanciamento de Ampliação do Hospital do Pronto-Socorro de Porto Alegre.

Na mesma sessão será apreciado outro projeto que autoriza a prefeitura da capital gaúcha a contratar outro crédito externo junto ao Fonplata, no valor de US\$ 1.1 milhão.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho  
Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade  
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro  
Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211  
Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

## Empréstimos para São Paulo e metrô do Rio ganham urgência

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento das lideranças partidárias para que seja votada, em regime de urgência, resolução que autoriza a prefeitura de São Paulo a rolar sua dívida mobiliária que vence neste segundo semestre. A rolagem tem parecer favorável do relator, senador Gil-

berto Miranda (PFL-AM).

Também foi aprovado requerimento, apoiado pelas lideranças, que autoriza o governo do estado do Rio de Janeiro a tomar empréstimo junto ao BNDES destinado ao metrô carioca. As duas resoluções deverão ser votadas na sessão da próxima terça-feira.

## Senado nega pedido de Osasco para rolar dívida

O plenário rejeitou ontem pedido da prefeitura de Osasco (SP) para rolar R\$ 20,5 milhões de títulos emitidos para pagar precatórios. O relator da matéria, senador Roberto Requião (PMDB-PR), ex-relator da CPI dos Precatórios, recomendou a rejeição, argumentando que a prefeitura de Osasco estava tentando o refinanciamento de títulos lançados para pagar dívidas determinadas pela Justiça, o que é proibido.

Além disso, segundo Requião, Osasco foi uma das prefeituras investigadas pela CPI dos Precatórios por ter emitido irregularmente mais títulos que o necessário para pagar precatórios. Conforme o senador, a CPI apurou que a prefeitura de Osasco lan-

çou R\$ 70 milhões para pagar R\$ 40,6 milhões de precatórios, ou seja, R\$ 29,3 milhões a mais que o necessário e, portanto, de forma irregular.

Osasco tentou rolar essa dívida ainda durante os trabalhos da CPI dos Precatórios, alegando que os títulos venceriam em junho último. Roberto Requião afirmou em seu parecer ao plenário, ontem, que a prefeitura deve resgatar todos os títulos emitidos em novembro de 1995 sob o argumento de que se destinariam a precatórios. Esta é a primeira vez que uma prefeitura ou governo estadual tenta, e não consegue, autorização do Senado para refinanciamento de títulos lançados para pagamento de dívidas determinadas pela Justiça.

## Aprovada MP que altera a lei das privatizações

O plenário do Congresso também aprovou ontem a 52ª edição da Medida Provisória nº 1.481, que altera a lei que instituiu o Plano Nacional de Desestatização (PND).

Pela liderança do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE) alertou que a MP introduz a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de outros fundos sociais como moeda de privatização, tema que é objeto de variados projetos de

lei de iniciativa de deputados e senadores. Para o senador, que recomendou a rejeição do projeto à sua bancada, seria necessário, no mínimo, um encontro de contas, pois boa parte dos fundos sociais é credora da União.

A MP, cujos destaques para votação em separado foram rejeitados em bloco, regulamentou o Conselho Nacional de Desestatização como órgão superior do PND e criou o Fundo Nacional de Desestatização, gerido pelo BNDES.

O plenário do Congresso rejeitou o desmembramento do projeto



*Perdas nas arrecadações de ICMS, causadas pela Lei Kandir, serão compensadas com transferência de R\$ 900 milhões*

## Congresso aprova R\$ 103 bi para ajuste fiscal dos estados

O Congresso, em reunião presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), autorizou ontem o Poder Executivo a abrir, no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, créditos suplementares e especiais no valor total de R\$ 104,9 bilhões, distribuídos em seis projetos de lei.

A maior parte deste total, R\$ 103,34 bilhões, irá à conta dos Encargos Financeiros da União, supervisionados pelo Ministério da Fazenda e destinados à promoção do ajuste fiscal dos estados, conforme diretrizes fixadas pelas Medidas Provisórias nº 1.556 e 1.560. A primeira MP estabelece mecanismos de incentivo à redução da presença do setor público estadual nas atividades financeiras bancárias, enquanto a outra fixa critérios de refinanciamento das dívidas mobiliárias estaduais no âmbito

do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

O crédito foi aprovado juntamente com R\$ 900 milhões a serem transferidos pela União a estados e municípios a título de compensação pelas perdas decorrentes da Lei Kandir, que desonerou as exportações do pagamento do ICMS.

O Bloco Oposição na Câmara e no Senado tentou desmembrar o projeto em dois, de modo a aprovar a compensação a estados e municípios e adiar a votação dos R\$ 103,34 bilhões. Os parlamentares opositoristas argumentaram que o Tesouro e o Banco Central não forneceram informações sobre o montante de títulos estaduais em mãos do sistema financeiro.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator do projeto na Comissão Mista de Orçamento, contestou a oposição dizendo que o Poder Executivo prestou "informações exaustivas" à comissão e que não havia razão técnica a justificar o desdobramento.

O líder do governo no

*Destinação dos recursos obedecerá a diretrizes fixadas para refinanciar dívidas e para reduzir presença dos estados nas atividades bancárias*

Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), também se manifestou contra o desmembramento. No final, por 264 votos na Câmara e 38 no Senado, a maioria rejeitou a intenção dos opositoristas e aprovou o projeto na íntegra.

## Autorizados mais cinco créditos

Os outros cinco projetos aprovados ontem pelo Congresso Nacional e que serão remetidos à sanção presidencial somam R\$ 737,7 milhões em créditos suplementares e especiais. Um deles, no valor de R\$ 3,86 milhões, destina-se à cobertura de despesas com a concessão de empréstimos do Prodecer. Os recursos serão alocados na unidade

orçamentária "Operações Oficiais de Crédito", sob supervisão do Ministério da Fazenda.

Para a mesma rubrica orçamentária, o plenário do Congresso autorizou o Executivo a creditar R\$ 621,9 milhões, destinados ao pagamento do principal e dos juros das dívidas internas contratadas de estados, municípios e Distrito Federal, assu-

midas pela União.

Os três outros créditos autorizados suplementarão o orçamento do Estado-Maior das Forças Armadas (R\$ 401,5 mil para manutenção de atividades de recrutamento), da Justiça Eleitoral (R\$ 3,12 milhões para a construção do TRE-BA) e ministérios dos Transportes, Minas e Energia e Ciência e Tecnologia, que receberam, em conjunto, R\$ 105,4 milhões.

# PREVIDÊNCIA

## Aposentado poderá acumular proventos

Os servidores públicos aposentados poderão acumular os proventos de aposentadoria com a remuneração de cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, respeitado o teto salarial fixado para o funcionalismo. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao acolher emenda de plenário do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao substitutivo à reforma da Previdência. A emenda recebeu 18 votos favoráveis e nenhum contrário.

O substitutivo do relator, senador Beni Veras (PSDB-CE), vedava a simultaneidade de aposentadoria e remuneração de cargo, empresa ou função pública, inclusive em comissão, ressalvados os acumuláveis na forma da Constituição e os eletivos. Pela emenda de Suassuna, ficam também ressalvados da proibição os cargos em comissão.

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) pediu destaque para a votação em separado da emenda de Suassuna, argumentando que não via razão para a proibição, pois geralmente, para um cargo em comissão, que é temporário, busca-se uma pessoa com mais experiência e maior conhecimento do



Josaphat (E) pediu destaque para votação em separado e a emenda de Suassuna teve 18 votos contra nenhum

serviço público. Ele acrescentou que, no caso, o acúmulo de proventos não acarretaria aumento de despesa, já que alguém seria nomeado para o cargo em comissão.

Beni Veras defendeu o entendimento de que o aposentado chegou ao final da carreira, devendo os cargos em comissão serem preenchidos por outras pessoas. Josaphat Marinho classificou a preocupação com o aproveitamento de novos profissionais como questão social válida. Mas observou que "não se trata de só contratar aposentado, mas de não proibir sua contratação".

A posição de Josaphat recebeu o apoio dos senadores da CCJ, e o relator, então, aceitou a alteração, desde que o funcionário que acumular os proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo em comissão fique submetido

*Segundo Josaphat Marinho, "não se trata de só contratar aposentado, mas de não proibir sua contratação"*

ao teto salarial do servidor público.

Foi aprovado pela comissão, ainda, o restabelecimento da redação proposta pelo senador Jádere Barbalho

(PMDB-PA) ao parágrafo 9º do art. 40 da Constituição, segundo o qual os proventos de aposentadoria e das pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que houver modificação da remuneração dos servidores em atividade, o mesmo valendo para benefícios e vantagens - inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei. Não houve mudanças de mérito do substitutivo, mas apenas pequenas alterações de redação.

## Próxima polêmica será a aposentadoria no Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) continuará a votar a reforma da Previdência na próxima semana. Ontem, apenas a emenda do senador Ney Suassuna foi votada, porque a reunião teve de ser encerrada para que os senadores pudessem votar matérias da Ordem do Dia da sessão do Congresso Nacional que se realizava no plenário da Câmara.

Na próxima reunião destinada à discussão da reforma da Previdência, a primeira

questão a ser apreciada deverá ser a relativa às regras que vigorarão para os magistrados. O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), pediu destaque para rejeitar quatro emendas segundo as quais a aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes obedecerão às normas previstas para os demais servidores públicos civis "no que couber".

As emendas foram apresentadas pelos senadores Regina Assumpção (PTB-MG), Júnia

Marise (PDT-MG), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e José Ignácio Ferreira (PSDB-ES). Elas foram contestadas por Dutra, para quem, na votação da matéria, poderiam ser conhecidos "os que se rendem ao corporativismo, os que querem manter os privilégios e a estrutura arcaica e os que querem a reforma". Na avaliação do líder do Bloco Oposição, a expressão "no que couber" poderá levar o Poder Judiciário a alegar autonomia administrativa para estabelecer regras especiais para a

aposentadoria dos magistrados.

O debate prosseguiu com intervenções dos senadores José Ignácio, que defendeu as prerrogativas do Judiciário, Ramez Tebet (PMDB-MS), para quem o Poder Judiciário "deve servir com altivez e não pode se submeter aos outros dois Poderes", e Roberto Freire (PPS-PE), que disse que a expressão "no que couber" "é abertura para não caber redutor, não caber limites e qualquer outra coisa que interessar".

## Segurança promove intercâmbio

A integração com os gestores da área de segurança dos demais órgãos contribui para o aprimoramento técnico de sistemas, equipamentos e procedimentos operacionais do setor. A afirmação é de Clayton Zanlorenzi, diretor da Subsecretaria de Segurança Legislativa do Senado (SSELEG), que promoveu o 13º Encontro Técnico da Área de Segurança, realizado dia 19, com a participação de gestores de segurança da Câmara dos Deputados, do Poder Judiciário, das polícias Federal e Militar e de outros órgãos do Poder Executivo.

Realizado na Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, o encontro foi aberto por Clayton Zanlorenzi.

## Campos quer juro fixado pelo CMN

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto estabelecendo que taxas de juros e demais encargos dos empréstimos agrícolas serão determinados somente pelo Conselho Monetário Nacional, levando em conta a situação econômica e financeira dos produtores rurais.

O senador disse que o procedimento dos bancos continua prejudicial ao setor agrícola, por isto considera que o Conselho Monetário Nacional deve assumir integralmente a determinação dos juros e dos encargos a serem pagos pelos agricultores.



Campos: bancos prejudicam

*Presidentes do Banco do Brasil e da Caixa, bem como representantes dos mutuários e dos funcionários, serão chamados para esclarecer o problema e discutir soluções*

## CAS pede explicações sobre Encol

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento de seu presidente, senador Ademir Andrade (PSB-PA), solicitando que sejam convidados os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para prestarem esclarecimentos à comissão sobre a crise vivida pela construtora Encol, envolvendo 42 mil mutuários em todo o país, e quais as soluções possíveis para dar continuidade às obras paralisadas.

Conforme o requerimento, também serão convidados o presidente da Associação dos Mutuários da Encol e um representante dos 12 mil funcionários da construtora. A



Ademir: dúvidas sobre a Encol

data de comparecimento ainda será definida.

### SFH

A CAS acolheu também parecer do senador Valmir Campelo (PTB-DF) pela rejeição de duas emendas de plenário ao substitutivo a projeto de au-



Valmir, relator da lei do SFH

toria do senador Júlio Campos (PFL-MT) que altera a legislação do Sistema Financeiro da Habitação, de modo a evitar o recálculo das prestações. A matéria volta ao plenário, para turno suplementar.

A proposição estabelece que

a transferência de imóveis adquiridos por meio do SFH será feita mediante simples substituição do devedor, mantidas, para o novo adquirente, as regras do contrato inicial.

### REPOUSO

Na mesma reunião, presidida pelo senador Ademir Andrade, a CAS acolheu ainda parecer favorável do senador Bello Parga (PFL-MA) a projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que "regula as hipóteses em que as impuntualidades do empregado devem ser relevadas para fins de percepção da remuneração e, indiretamente, do repouso semanal remunerado". O projeto será submetido ainda ao plenário.



Alcântara: mais clareza

## Venda a prestação pode ter mais informações

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou projeto de lei estabelecendo que nas vendas a prestação de artigos de qualquer natureza e na respectiva publicidade escrita e falada terão igual destaque as informações sobre o preço de venda à vista, o número e o valor das prestações, a taxa de juros mensal e os demais encargos financeiros a serem pagos pelo comprador, incidentes sobre as vendas a prestação.

Na justificativa da proposta, Alcântara afirma que o que falta na legislação é caracterizar-se o princípio da equidade formal no conjunto da informação destinada ao consumidor, para que não escapem do seu controle as vantagens desvantagens proporcionadas por uma modalidade ou outra de aquisição - a vista ou a prazo.

- Ao sugerir-se nova redação para o texto da lei, o que se pretende é, mediante a inserção da expressão "com igual destaque", garantir que o elemento indutor de compra seja a vantagem relativa dos diversos componentes da oferta, e não a capacidade mensal de assunção da dívida, frequentemente contrária à economia do consumidor - explica o senador. Lúcio Alcântara defendeu o mérito do projeto, afirmando ser "indiscutível sua importância, por atender aos mais legítimos interesses da sociedade, em especial a que se inscreve nos limites da capacidade de consumo".

## ACM quer evitar reuniões simultâneas de comissões e plenário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou durante a sessão de ontem uma reunião das lideranças partidárias e dos presidentes de comissões do Senado para o próximo dia 2, às 10h, quando será discutida uma fórmula para que não ocorram mais reuniões de comissões e de plenário nos mesmos horários.

- O senador Lúcio Alcântara tem razão ao reclamar que três comissões do Senado e o plenário do Congresso foram convocados para o mesmo horário. Devemos evitar essas reuniões simultâneas, mas elas contrastam ao povo que os senadores estão trabalhando e isso é altamente positivo. Por isso, farei a reunião com os líderes e presidentes de comissões. Convido ainda o se-

gador Pedro Simon para participar dessa reunião - disse ACM.

Pouco antes, Pedro Simon (PMDB-RS) concordara com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que havia reclamado da realização de reuniões de três comissões ao mesmo tempo. Simon chegou a sugerir que se estabeleça com antecedência a pauta de discussão e votação de cada mês.

Os senadores trabalharão inclusive nos finais de semana, "se necessário", até que fosse esgotada a pauta, só viajando para seus estados com o trabalho encerrado, afirmou Simon. Para ele, não se deve concentrar nas terças, quartas e quintas-feiras a maior parte do trabalho das comissões e do plenário, o que acaba levando a reuniões simultâneas, como aconteceu ontem.



Antonio Carlos recebe a comitiva da Fundação Luso-Brasileira

## Fundação apresenta projeto de casa luso-brasileira

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o presidente da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa, Pedro Rebelo de Souza, que apresentou ao senador os detalhes do projeto de construção, em Lisboa, de uma grande casa luso-brasileira, de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer.

A obra, que conta com incentivos fiscais da Lei Rouanet, deverá ser inaugurada no ano 2000, dentro do pro-

grama de festejos dos 500 anos de descobrimento do Brasil.

De acordo com Pedro Rebelo, Antonio Carlos manifestou entusiasmo com a iniciativa e a contribuição que essa casa luso-brasileira poderá dar para estreitar ainda mais as relações e o conhecimento entre o Brasil e os demais países de língua portuguesa.

A casa terá teatro para 700 pessoas, biblioteca e videoteca, além de espaço para conferências e debates, devendo ser construída próxima ao local da Exposição Mundial de Lisboa.

*Substitutivo de Emília Fernandes, acolhido pelos senadores, rompe elos do círculo vicioso da pobreza ao beneficiar famílias que tenham filhos de até 14 anos e comprovem a frequência deles à escola*

## Comissão aprova projeto de renda mínima

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), aprovou ontem o substitutivo da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) a projeto de lei da Câmara que autoriza o Executivo a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima associado a ações sócio-educativas.

Conforme o substitutivo, deverão ser beneficiadas as famílias que, entre outros critérios, tenham filhos de até 14 anos e comprovem a frequência escolar. A matéria - que tramita em conjunto com projetos de lei de autoria dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Renan Calheiros (PMDB-AL) - também recebeu substitutivo na Comissão de Assuntos Sociais, elaborado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Caberá agora à Comissão de Assuntos Econômicos emitir parecer sobre as proposições.

Pelo texto de Emília Fernandes, os recursos federais serão transferidos mediante convênio com o município ou com o estado, que estipulará



Emília e Suplicy, atentos aos trabalhos de ontem na Comissão de Educação

o controle e a fiscalização do programa municipal e a instituição de programas de treinamento e aperfeiçoamento para seus beneficiários, com vistas à sua melhor inserção no mercado.

O substitutivo prevê, a partir do nono ano, a universalização dos programas a famílias em todo o Brasil, que, mesmo não tendo crianças de até 14 anos, não possuam o suficiente para a sobrevivência, e contém procedimentos que atestem a frequência escolar.

De acordo com Emília Fernandes, o programa de garantia de renda mínima seria uma solução, ao garantir às famílias que dependem do trabalho desses menores condições

para que eles frequentem a escola. "Ao conceder às famílias mais pobres o direito a um complemento de renda associado à frequência escolar, o projeto rompe com um dos principais elos do círculo vicioso da pobreza", observou.

Emília estima que o programa custaria aproximadamente R\$ 3,4 bilhões. Se todos os municípios adotassem o programa de renda mínima, a contrapartida da União, de 50%, seria de R\$ 1,7 bilhão. No primeiro ano de adoção, a dotação seria de R\$ 340 milhões.

Os senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA), Coutinho Jorge (PSDB-PA), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiaram o substitutivo da senadora.

## Projeto da bolsa-escola já não é urgente

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, retirou durante a sessão de ontem requerimento de sua autoria em que pedia urgência para votação, em plenário, de projeto que autoriza o Distrito Federal e os municípios a instituírem programas de renda mínima para famílias pobres que mantenham na escola filhos de até 14 anos.

Com isso, o projeto será agora apreciado normalmente pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), depois de ter passado pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE).

Antes da retirada do requerimento de urgência, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-



Arruda: retirada do requerimento CE), autor do substitutivo aprovado pela CAS, protestou em plenário pelas reuniões simultâneas, ontem, às 10h, da CCJ, da CE e da CAS, além da sessão do Congresso, a partir das 11h.

Alcântara informou que esteve na CE e pediu que a discussão e a votação do projeto da bolsa-escola fossem adiadas, pois a CAS aprovava subs-

titutivo de sua autoria sobre o mesmo assunto. Ele ponderou que precisava participar da reunião da CCJ, onde seriam votadas emendas de plenário à reforma da Previdência. Seu pedido, no entanto, não foi considerado e a CE aprovou um substitutivo da senadora Emília Fernandes (PDT-RS).

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que não houve qualquer má-fé com relação ao senador Lúcio Alcântara ao se votar o substitutivo de Emília Fernandes. Explicou que os integrantes da comissão, sabendo que seria votado à tarde, pelo plenário, requerimento para colocar o assunto em regime de urgência, votaram o substitutivo da senadora gaúcha.

## Alemães vêm conhecer processo de privatização

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida interinamente pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), recebeu ontem a visita do vice-ministro das Comunicações da República Federal da Alemanha, Paul Laufs, acompanhado de uma delegação integrada por parlamentares e empresários daquele país.

A Alemanha é o segundo maior investidor no Brasil e nosso terceiro maior parceiro comercial - disse o senador, ao abrir a reunião com os alemães, que estavam acompanhados pelo embaixador Claus Duisberger.

Freitas Neto fez aos integrantes da missão alemã uma breve exposição em que lembrou a modernização que vem ocorrendo na economia brasileira, em especial as reformas já introdu-

zidas pelo Congresso no capítulo da Constituição que disciplina a ordem econômica. A abertura decorrente das reformas, segundo o senador, não apenas estimula o ingresso de capitais externos como também facilita a absorção de novas tecnologias e o aumento do comércio internacional.

A missão alemã visita o Brasil com vários objetivos, entre os quais examinar o programa de privatizações e o Mercosul. Seus integrantes reuniram-se também com o ministro das Comunicações, os presidentes da ECT e da Telebrás, os membros da Comissão de Comunicações da Câmara dos Deputados e os diretores de departamentos técnicos do Itamaraty.

Participaram da audiência os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Hugo Napoleão (PFL-PI) e Waldeck Ornelas (PFL-BA).



Vice-ministro alemão (E) foi recebido na Comissão de Infra-Estrutura

## Concessões são renovadas

A Comissão de Educação também aprovou ontem pareceres favoráveis à renovação das concessões para exploração de serviços de rádio e de TV para as seguintes emissoras: Rádio Mostardas (RS), Rádio Itapóia (Itajaí-SC), Rádio França do Imperador (SP), Rádio e Televisão Vila Rica, atualmente denominada Rádio e Televisão Bandei-

rantes de Minas Gerais (MG) e Rádio Pioneira (Salto-SP).

As matérias foram relatadas pelos senadores José Fogaça (PMDB-RS), Gerson Camata (PMDB-ES), João Rocha (PFL-TO), Regina Assumpção (PTB-MG) e Joel de Hollanda (PFL-PE), e serão submetidas agora à deliberação do plenário.

## HOMENAGEM

**Senado reverencia a Era Vargas**

O Senado dedicou a hora do expediente de ontem a homenagear o ex-presidente Getúlio Vargas por ocasião do transcurso do 43º aniversário de seu falecimento. Senadores de diferentes partidos fizeram um balanço da Era Vargas, destacando as conquistas de um

Brasil rural que assumiu o sentido de pátria. Foram lembrados pelos senadores os avanços conduzidos pelo homem que buscou a concretização do sonho latino-americano de independência, justiça e desenvolvimento, ao lado de outros grandes estadistas deste século.

**“Décênios de domínio e espoliação”**

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) definiu como “pacto de princípios por uma nova mentalidade no Brasil” a carta-testamento deixada pelo ex-presidente, há 43 anos, justificando a decisão de tirar a própria vida.

No documento que anunciou seu suicídio, Vargas manifestava frustração diante da pressão exercida pelos grupos contrários às medidas em favor da liberdade social, da garantia do trabalho, da revisão do salário mínimo, e contra “décênios de domínio e espoliação” do país por “grupos econômicos e financeiros internacionais”.

Ronaldo Cunha Lima disse que é preciso compreender o ex-presidente “na dimensão das contradições que lhe impuseram as circunstâncias do seu tempo”. Ele citou o escritor paraibano José Américo de Almeida, que no livro *Ocasos de Sangue* assim resumiu o gesto final do ex-presidente: “Getúlio enfrentou a tudo e a todos; não tendo mais a quem enfrentar, enfrentou a morte. Deu grandeza ao epílogo”.

**“A favor dos fracos e oprimidos”**

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou que “a lembrança de Getúlio na vida política brasileira permanece gravada na memória do povo, como se fosse um guardião invisível a desafiar a injustiça

contra os fracos e oprimidos”. Ele disse que “o Brasil, que está envolvido em amplo processo de reformas estruturais, deve meditar acerca do legado e das lições que nos deixou esse gigante da vida política brasileira”.

Valmir Campelo lembrou que, com Getúlio Vargas, os trabalhadores alcançaram conquistas inéditas na história do país, como a formação dos institutos de aposentadoria, a instituição de assistência médico-hospitalar, e a fixação dos horários de trabalho e das férias remuneradas.

**“Os maiores índices de emprego”**

“Ao contrário de representar o passado, a sua obra, revigorada com a visão do ano 2000, é um instrumento cada vez mais atual para a construção soberana da nacionalidade”, declarou a senadora Emília Fernandes (PDT-RS). Ela defendeu as conquistas sociais e econômicas da “Era Vargas” como alternativa “à tentativa de se impor a mão única da excludente e perversa via neoliberal”.

Citando índices do IBGE, ela comparou o desempenho econômico e social nas cinco décadas de vigência da política varguista com dados sobre a mesma situação no governo atual. Um exemplo dado pela senadora foi a média de crescimento econômico de 7% ao ano no período Vargas, enquanto o mesmo índice no ano de 1996 foi de apenas 2,98%. Segundo afirmou, o ex-presidente foi responsável pelos maiores índices de emprego da história do país, “o que contraria a realidade atual de desemprego e arrocho salarial”.

**“Uma nação voltada para o desenvolvimento”**

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que se pode até divergir do ex-presidente, mas não negar que ele assumiu os destinos de um Brasil rural, em que Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais pareciam constituir pequenos países, para dar a tudo isso o sentido de uma pátria.

Na opinião de Simon, Getúlio pegou um Brasil-colônia, consumidor de matérias-primas, para criar uma nação voltada para o desenvolvimento. Referindo-se às privatizações realizadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador disse que fazer isso agora é fácil. Em sua análise, difícil era construir essas empresas, visto que naquela época não havia nenhum estrangeiro disposto a investir no futuro do Brasil.

O senador lamentou que o currículo escolar brasileiro negligencie um herói como Getúlio Vargas em favor de vultos americanos, e observou que para os Estados Unidos a América Latina continua sendo o quintal da América do Norte.

**“Próximo às aspirações dos trabalhadores”**

“Não é à toa que a herança de Vargas é rejeitada pelos arautos dessa nefasta globalização”, afirmou o senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), apontando o empenho de grandes corporações em remover a legislação trabalhista, sucatear a infra-estrutura

do Estado e entregar de “mão-beijada” ao capital estrangeiro o patrimônio acumulado com o suor do povo brasileiro.

De acordo com Abdias, Getúlio compreendeu as necessidades de um país cuja expansão capitalista e urbana fez crescer, em número e importância, as massas trabalhadoras, instituindo uma política de estímulo à sindicalização e a manifestações nacionalistas.

Muito próximo às aspirações reais dos trabalhadores, “Getúlio possibilitou um sensível salto organizativo aos trabalhadores”, completou Abdias. O senador lembrou também da atuação de Vargas, de forma decisiva, na luta contra a subjugação dos interesses brasileiros ao capital estrangeiro. O senador concluiu afirmando que os ideais de Getúlio ainda estão presentes na consciência dos brasileiros.

**“O sonho de justiça social e liberdade”**

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que Getúlio Vargas foi “o maior político brasileiro deste século”, formando com o argentino Juan Domingo Perón e o chileno Salvador Allende o trio de estadistas mais destacados da América Latina do século XX. “Como Perón e Allende, Vargas buscou a concretização do sonho latino-americano de independência, justiça social, desenvolvimento e liberdade”, afirmou.

Conforme Carlos Bezerra, Getúlio Vargas lutou e conseguiu implantar, com recursos do Estado, a infra-estrutura necessária ao crescimento da economia brasileira, “desenvolvimento que alcançaria ritmo febril nos anos 60”. Na opinião do senador, Vargas fez do Brasil uma nação

com marcante presença no cenário internacional, além de ter formado uma classe trabalhadora brasileira remunerada e consciente de seus direitos.

- Se tivéssemos que, em poucas palavras, tentar definir a Era Vargas, diríamos que foi um período marcado pelo surgimento de uma indústria poderosa, de forte investimento agrícola, de grandes avanços e conquistas sociais.

**“Um estadista que cuidou da cidadania”**

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que “o presidente Fernando Henrique Cardoso jamais terá êxito na sua convicção de banir da vida brasileira as lembranças e tudo o que foi conquistado no aspecto social do país na Era Vargas”. Em sua opinião, isso seria “um atentado à cidadania”.

Segundo o senador, o ex-presidente Getúlio Vargas foi “um estadista que cuidou, sobretudo, da cidadania brasileira, que lutou contra a espoliação do país e de cada trabalhador, deixando para a nação um legado de obras-primas que jamais poderiam ser contestadas por um governo que está no poder sob o título de social-democrata”.

- Quando vejo o presidente da República anunciar que quer passar uma borracha naquilo que Vargas ofereceu ao país, em nacionalidade, cidadania e conquistas sociais, tenho a impressão de que Fernando Henrique não está apenas fazendo uma ofensa aos que cultuam o período getulista, mas também um desafio aos trabalhistas que lutam para preservar aquilo de bom que Getúlio fez para o país e por seu povo - afirmou.



Edital do BNDES exclui Manaus de linha de financiamento para a instalação de fábricas de cinescópio

## Cabral aponta "golpe" contra a Zona Franca

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) registrou ontem seu protesto em relação ao que ele classificou como "um verdadeiro golpe contra a Zona Franca de Manaus". Conforme disse, em edital recente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abriu linha de financiamento para a instalação de fábricas de cinescópio, desde

que elas não se implantem na ZFM.

Há intenção premeditada de tumultuar projeto da Samsung que está sendo instalado na Zona Franca - afirmou.

Cabral anunciou que, hoje, fará alarido de pronunciamento sobre o assunto.



Cabral: novo pronunciamento hoje

## Ademir tem proposta para Amazônia

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que o relatório da Comissão Especial do Senado sobre a Amazônia conterá uma proposta de desenvolvimento para a região. Essa proposta, conforme disse, estará associada à preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida do povo amazônico, coisa que, a seu ver, "governo nenhum jamais fez".

Construída essa proposta, nós a levaremos ao conjunto da população para que possa, com sua organização e luta,

obrigar o governo a colocá-la em prática - disse o senador.

Ademir Andrade elogiou "o elevado nível e conteúdo das exposições" feitas durante os dois dias do seminário sobre Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia, realizada segunda e terça-feira. No seu entendimento, os representantes dos ministérios da Reforma Agrária e da Previdência Social são portadores "de um discurso político muito próximo às expectativas da nossa região".

Ele apontou, entretanto, a

existência de uma dissociação "entre a boa intenção das propostas do governo e as ações práticas, basicamente no que se refere à alocação e liberação de recursos".

Como não depositamos muita confiança no governo, não temos a expectativa de que coloque em prática aquilo que a Amazônia deseja e com que boa parte dos seus auxiliares concordam - disse. Por essa razão, considera imprescindível a existência de um projeto pelo qual a sociedade possa lutar.

## Marina destaca êxito do seminário

A senadora Marina Silva (PT-AC) destacou a importância da troca de experiências ocorrida durante o seminário realizado esta semana em Belém, numa promoção da Comissão Especial da Amazônia e que contou com a participação de representantes do governo e lideranças da região.

Somos eleitos para representar o povo, não para substituí-lo - lembrou. A seu ver, a ausência dos ministros ao seminário "reforça a idéia de que a Amazônia não tem espaço de destaque na agenda do Executivo, em que pese o brilhantismo dos representantes que aqui vieram".

Ela garantiu que a articulação com a sociedade, ocorrida no seminário, "deu visibili-



Marina: articulação

dade aos problemas da Amazônia". Conforme afirmou, o documento final a ser elaborado pelo senador Ademir Andrade, relator da comissão, será instrumento de discussão e debate com a sociedade.

Na opinião de Marina Silva, o presidente Fernando Henrique Cardoso "recebeu do povo um presente único: o apoio à

reforma agrária". Essa oportunidade, a seu ver, não pode ser perdida e o governo deve buscar recursos e fazer o planejamento necessário à plena concretização desse anseio coletivo.

Marina Silva sugeriu que o governo promova a união dos esforços das agências de desenvolvimento do país para que, dessa forma, se obtenham recursos externos. Assim, conforme acredita, podem-se adquirir terras e realizar a reforma agrária sem conflitos. "Muitos proprietários estão dispostos a vender suas terras", garantiu, lamentando o desmantelamento dos órgãos técnicos de pesquisa agrícola que poderiam dar, agora, o suporte técnico aos assentamentos.

## Fogaça pede aprovação de nova Lei de Imprensa

O senador José Fogaça (PMDB-RS) defendeu ontem a aprovação pelo Legislativo de uma Lei de Imprensa que não iniba o trabalho de investigação jornalística, mas que garanta o direito democrático à informação. Referia-se ao projeto votado no Senado e aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e que deverá ainda ser submetido ao plenário daquela Casa.

Relator desse projeto no Senado, Fogaça contestou a tese de que o Brasil não precisa de uma lei de imprensa e de que os códigos Civil e Penal poderiam punir os crimes cometidos pelos meios de comunicação. O senador salientou que a idéia é até razoável, porém é impossível de ser aplicada, visto que, há 30 anos, o governo militar outorgou uma lei de imprensa que vigora até hoje.

José Fogaça explicou que a única forma de se varrer do mapa legislativo uma lei danosa à democracia é colocar-se no lugar uma lei voltada para a liberdade de informação. Ele também discordou da idéia de se aplicar penas de prisão para os crimes de imprensa. Defendeu a aplicação de penas pecuniárias e as de prestação de serviços à comunidade.

O senador apontou ainda a inviabilidade das penas pecuniárias de alto valor, destacando que, se houver punições com limites e amparadas no bom senso, no fim vai triunfar na imprensa a cultura da verdade.



Fogaça: pena pecuniária



Francelino lembra Juscelino

## Francelino quer incluir Jequitinhonha na Sudene

O senador Francelino Peireira (PFL-MG) observou ontem que, na primeira semana de setembro, a Câmara dos Deputados poderá fazer justiça ao Vale do Jequitinhonha e aprovar projeto da senadora Júnia Marise (PDT-MG) que inclui a região na área de atuação da Sudene.

Os deputados também poderão, aprovando o projeto, fazer "uma quase reparação histórica a Juscelino Kubitschek, das muitas que ainda estamos a lhe dever", acrescentou.

Conforme Francelino, o ex-presidente, que criou a Sudene como meio de superar as dificuldades do Nordeste e da região norte de Minas Gerais, integrada há mais de três décadas à agência de desenvolvimento, nasceu em Diamantina no dia 12 de setembro. Nessa data, sugeriu, o presidente Fernando Henrique Cardoso poderia cumprir seu compromisso de sancionar o projeto "diante da estátua de Juscelino, em Diamantina".

Outra razão para aprovar o projeto, na opinião do senador, está no fato de o Vale do Jequitinhonha "ser uma extensão do Nordeste em território mineiro". Francelino reconheceu que, hoje, a Sudene não tem a mesma dimensão nem os mesmos mecanismos que teve na origem, mas continua empenhada na correção das desigualdades regionais.

Em aparte, Júnia Marise destacou a preocupação de Francelino com a região e assegurou que a inclusão do Vale na Sudene realizará "o sonho de 1 milhão de pessoas".